

A Avaliação e Educação em Turismo: Perspetivas no Ensino superior português

Tourism Education and Assessment in Education: Perspectives in Portuguese Higher Education

FERNANDO MANUEL FLORIM RIBEIRO DE LEMOS * [fernando.lemos@ipg.pt]

MANUEL ANTÓNIO BRITES SALGADO ** [manuelalgado@ipg.pt]

LUÍS MANUEL MENDES CORREIA *** [lcorreia@esht.ipp.pt]

CARLOS MANUEL MARTINS DA COSTA **** [ccosta@ua.pt]

Resumo | Este artigo explora as questões da avaliação e da acreditação dos ciclos de estudos em hotelaria, turismo e lazer no ensino superior português. O estudo foi desenvolvido com base numa revisão da literatura fundamentada na perspetiva da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), dotada de personalidade jurídica e reconhecida como de utilidade pública e independente no exercício das suas competências. A Declaração de Bolonha permitiu implementar métodos e processos mais eficientes e transparentes de avaliação em instituições de ensino superior, bem como dos respetivos ciclos de estudos. Neste sentido têm vindo a ser desenvolvidos vários sistemas e mecanismos nos processos conducentes à avaliação do desempenho das instituições e conseqüente acreditação (ou não) da sua oferta formativa. A metodologia utilizada passou pela análise dos dados disponibilizados pela agência de acreditação, tendo sido estudados todos os ciclos de estudos referentes às áreas de Turismo e Lazer, e Hotelaria e Restauração do espetro do ensino superior em Portugal. Os resultados obtidos contribuem significativamente para a identificação do estado da arte existente sobre a eficiência e desempenho dos cursos destas duas áreas de estudo, na perspetiva de um reconhecimento substancial da melhoria da qualidade da formação ministrada e construção de um conhecimento científico sólido nesta área.

Palavra-chave | Avaliação e acreditação, turismo, educação, Agência para o Ensino Superior

* **Doutorando em Turismo** pela Universidade de Aveiro. **Professor Adjunto** do Instituto Politécnico da Guarda, **membro** da UDI/IPG e do GOVCOPP.

** **Doutor em Turismo** pela Universidade de Aveiro. **Professor Adjunto** no Instituto Politécnico da Guarda e **membro** da UDI/IPG, do GITUR e do GOVCOPP.

*** **Doutor em Turismo** pela Universidade de Aveiro. **Professor Adjunto** no Instituto Politécnico do Porto e **membro** do CiTUR e do GOVCOPP.

**** **Doutor em Turismo** pela Universidade de Surrey. **Professor Catedrático** na Universidade de Aveiro e **Membro** do GOVCOPP. **Diretor** do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro.

Abstract | The paper focuses on the issues of assessment and accreditation of study cycles in Hospitality, Tourism and Leisure in the Portuguese Higher Education System. The study was developed grounded on a literature review based on the perspective of the Portuguese Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education - A3ES, a private law foundation, with legal status and recognized as being of public utility and independent in its decisions, while considering the guidelines prescribed by the State. The Bologna declaration has allowed the implementation of more efficient and transparent assessment procedures and methods, in higher education institutions as well as their study cycles. Considering this, several systems and mechanisms have been developed in the procedures for the assessment of higher education institutions and subsequently (or not) of their study programmes. The methodology applied was the analysis of the data provided by the A3ES, focusing on all the study cycles in the Tourism, Leisure, Hospitality and Catering areas, for every range in the higher education in Portugal. The results contribute significantly to the identification of the state of the art on the efficiency and performance of the study programs in these areas, in the perspective of a substantial recognition of the improvement of the teaching methods and the construction of a solid scientific knowledge in this area.

Keywords | Assessment and accreditation, tourism, education, Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education

1. Introdução

A compreensão da avaliação da educação em Portugal passa, indubitavelmente, pela análise da evolução do tratamento legislativo referente à avaliação e acreditação no ensino superior e, em particular, no âmbito desta investigação, na área do Turismo. Este assunto tem vindo a merecer atenção legislativa ao longo dos anos, no entanto a partir de 2007 sofreu um impulso decisivo, com a aprovação da Lei nº 38/2007, de 16 de agosto, que veio homologar o novo regime jurídico da qualidade do ensino superior. Neste âmbito, e através do Decreto-Lei nº 369/2007, de 5 de novembro, o Estado Português cria a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

Este novo enquadramento legal foi abraçado por todas as instituições de ensino superior, privadas e públicas, bem como politécnicos e universidades, que para além da obrigatoriedade exigida pela legislação de se submeterem a uma avaliação e acreditação, viram uma janela de oportunidade de poderem refletir e analisar diversos indicadores

para melhorar o seu desempenho e índices de qualidade na sua prática pedagógica, científica e de investigação.

Nesta conjuntura e no âmbito da educação em Turismo, as instituições de ensino superior (IES) portuguesas têm vindo a investir significativamente no ensino. A diversidade de abordagens educativas tem sido uma característica dos Estudos do Turismo, que conduziram à profusão das designações dos cursos, refletindo vários modelos de estruturação científica e de organização curricular e educativa. Neste contexto, o presente estudo tem por objetivo analisar o processo evolutivo de acreditação desses cursos superiores no espetro da oferta formativa da área CNAEF (Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação) 811 – Hotelaria e Restauração e 812 – Turismo e Lazer, realizando um estudo empírico sobre os pareceres de acreditação de ciclo de estudos emitidos pela A3ES e as respetivas ilações que podem ser deduzidas sobre a evolução e o posicionamento crítico na produção do conhecimento científico no Turismo.

A estrutura deste artigo assenta na interpretação do conhecimento existente em torno do sistema de avaliação e acreditação dos ciclos de estudo (CE) das IES portuguesas, que tem vindo a consolidar-se progressivamente, outorgando um reconhecimento da qualificação do turismo enquanto área científica autónoma, através do desenvolvimento de um corpo de conhecimento científico devidamente sistematizado e publicado.

Neste sentido organizou-se este artigo da seguinte forma: na segunda seção discute-se a base teórica e os paradigmas associados aos métodos de avaliação e da acreditação no ensino superior português; na terceira seção a metodologia e levantamento de informação relativa às áreas e classificações dos ciclos de estudos aplicadas em Portugal. Na quarta seção abordam-se os resultados obtidos da análise efetuada ao desempenho obtido pelos CE's da área de Hotelaria e Restauração e Turismo e Lazer nas IES portuguesas; finalmente discutem-se as implicações dos processos de avaliação e acreditação e tiram-se algumas conclusões na última seção.

2. Avaliação e acreditação no ensino superior em Turismo

A implementação de um adequado sistema de análise em continuidade, quer pelas instituições de ensino superior, quer pelas autoridades de supervisão competentes, devidamente conjugado com a adequabilidade dos modelos de avaliação e acreditação existentes (eventualmente determinados pela utilização de modelos internos, totais ou parciais) permite a definição de um plano de difusão da informação aos interessados e, consequentemente, ao mercado e comunidade educativa.

Belhassen e Caton (2011) referem que nas últimas décadas se tem assistido a uma 'enxurrada' de intelectuais a condenar o que foi visto como uma mudança nas práticas do ensino superior, afas-

tando a experiência universitária como um bem público, na direção da conceção da academia como um mercado, onde as melhores oportunidades são vendidas para alunos/consumidores mais exigentes na obtenção/treino de capacidades. Complementarmente, Amaral (2012) alude que os sistemas de qualidade, embora se apresentem sob diversas formas (garantia de qualidade, acreditação, licenciamento, etc.) são atualmente uma realidade intrusiva nos sistemas educacionais de muitos países, sendo expetável que continuarão a ser uma ferramenta de regulação e orientação utilizada por muitas entidades governamentais.

Na mesma linha de orientação, Tribe e Airey (2016) confirmam que a qualidade na educação do Turismo tem sido abordada por vários académicos, por alguns governos, por organismos internacionais e, inclusive, por jornais nacionais através de diversas publicações. Salientam que, cada um deles, usa variantes sobre um tema comum, que inclui avaliação do currículo, recursos, progressão, satisfação dos alunos, número de matrículas, médias de acesso, classificações obtidas, empregabilidade.

Em articulação com as evoluções do enquadramento legal e da conexas envolvente política e educativa, existe uma panóplia de instrumentos que tem vindo a caracterizar a organização do processo de avaliação e acreditação e as inter-relações, em particular, com as instituições de ensino superior beneficiárias e supervisionadas. Martín (2006, p. 58) refere que "desde a Declaração de Bolonha, melhorar a eficiência e a transparência dos sistemas de ensino superior, tornou-se um dos principais desafios para todos os países europeus".

Sabendo de antemão que o ensino e a investigação são considerados, pela maioria dos atores envolvidos, como sendo as duas principais tarefas das IES, também, é sobejamente reconhecido que nem sempre é fácil de estabelecer indicadores para mensurar estas duas dimensões. Pelo que se torna necessário estabelecer alguns indicadores capazes de representar e sistematizar o desempenho associado a essas duas tarefas. De acordo

com Salgado & Costa (2016), a compreensão e validação da essência científica e da investigação em Turismo é importante para a comunidade académica portuguesa, principalmente porque os vários *stakeholders* precisam de garantir a consolidação do sistema de ensino neste domínio. De facto, o desenvolvimento do sistema de ensino específico do Turismo em Portugal é reforçado pela emancipação epistemológica desta área de conhecimento recente, como é discutido por Salgado et al. (2017).

A análise dos sistemas de avaliação e acreditação da oferta formativa na área do Turismo, pela A3ES em Portugal, pode permitir perspetivar a evolução futura desta área científica nos vários níveis de ensino, em particular nas licenciaturas, com vista a compreender também a sua articulação vertical com os cursos de 2.º e 3.º ciclos (Salgado et al., 2014). A educação em Turismo no Ensino Superior Português foi abordada por Salgado et al. (2010), sobretudo a nível de 1º ciclo, tendo-se desenvolvido um inquérito, aplicado a Diretores de Curso, para compreender a interligação existente entre instituições e cursos e, assim, mapear o relacionamento e as sinergias existentes entre pares do ensino superior em Turismo. Neste sentido reforça-se a importância de se poder fazer um trabalho análogo a nível de mestrados e de doutoramentos desta área científica.

A opção metodológica por uma abordagem que permita definir e implementar a recolha de dados confiáveis e quantificáveis sobre a qualidade do ensino superior em Portugal e que paralelamente permita à sua autorregulação futura através de instrumentos e procedimentos de monitorização permanentes, implica a constituição de modelos de avaliação externa e independentes. Estes modelos de natureza marcadamente sistemática e rigorosa visam uma melhoria da qualidade global da oferta educativa, analisando o funcionamento do sistema, avaliando os seus resultados e impactos nos contextos e comunidade em que atuam.

Num eixo inicial a metodologia utilizada inci-

diu sobre a aplicação de instrumentos que permitissem a “acreditação preliminar de todos os ciclos de estudo em funcionamento quando a Agência foi criada, a acreditação prévia de novos ciclos de estudos e a preparação dos processos de auditoria dos sistemas internos de garantia da qualidade” (A3ES, 2019). Neste enquadramento os instrumentos foram orientados para a conceção, tratamento e análise de indicadores do funcionamento dos cursos de ensino superior, no quadro das políticas e objetivos definidos no âmbito da Agência.

Numa segunda etapa promoveu-se, em paralelo, com a regular acreditação de todos os ciclos de estudos, o processo voluntário de auditoria dos sistemas internos de garantia da qualidade das instituições. A adoção deste modelo pretende “proceder a uma avaliação e acreditação, sistemática e rigorosa de todos os ciclos de estudos em funcionamento, visando a melhoria da qualidade global do sistema e da sua oferta educativa. Simultaneamente, promove-se a implementação e certificação dos sistemas internos de garantia da qualidade das instituições tendo em vista uma nova fase do sistema de qualidade, baseada no reconhecimento de que a responsabilidade primeira pela qualidade do ensino recai sobre as instituições” (A3ES, 2019).

O exercício de avaliação e acreditação é um processo complexo e evolutivo, que envolve recolha sistemática de informação, etapas de contacto e análise, bem como de implementação de medidas e respetiva monitorização. A estrutura de todo o processo alicerça-se num acompanhamento científico e criticado por peritos internacionais e nacionais, autenticando o rigor analítico da metodologia adotada, bem como da qualidade interpretativa da informação recolhida sobre as dimensões e variáveis em estudo.

Airey (2005) sublinha que o crescimento do Turismo, combinado com o aumento do profissionalismo dos intervenientes no setor, desempenha o seu papel alertando as instituições de ensino superior no sentido de responderem às necessidades e oportunidades criadas pelos empregadores deste

setor. Na mesma linha orientadora Chang & Hsu (2010, p. 108) afirmam que “a avaliação tenta satisfazer as necessidades dos stakeholders, assim como ajudar as instituições de ensino a estabelecer objetivos futuros que vão de encontro as expectativas da indústria.” Os rápidos desenvolvimentos curriculares que se tem operado no âmbito dos sistemas educativos, quer no contexto internacional e consequentemente no contexto nacional, têm levado as instituições de ensino superior portuguesas a adaptarem-se e adequarem-se, tendo em vista, não só o aproximar da academia ao contexto empresarial, mas, também, na promoção da internacionalização dos seus ciclos de estudo de forma a facilitar a mobilidade e a empregabilidade dos diplomados em diferentes contextos de atuação.

Nesta linha de raciocínio Gee e Fayos-Solá (2003, p.234) apontam que “cresce o interesse no estabelecimento de um sistema mundial de padrões de qualificação, certificação e de um sistema reconhecido para a indústria das viagens... a definição de padrões para um setor diversificado é difícil, o que algumas vezes frustra os serviços de educação/formação e os empregadores”. Esta necessidade/exigência tem levado à construção de uma agenda dos processos de acreditação, os quais têm vindo a passar por várias etapas, disponibilizando instrumentos para a melhoria da eficiência e eficácia das IES do setor público e privado, a sua regulamentação, pondo em prática princípios facilitadores de mobilidade e transparência (entre ciclos de estudos, subsistemas de ensino, países, entre outros), bem como fomentar estratégias para fazer face aos desafios da massificação, globalização e excelência nas práticas educativas.

De acordo com Zhao e Ritchie (2007) o Turismo tem vindo, ao longo das últimas décadas, a ganhar rapidamente o seu estatuto científico, fomentando o interesse da investigação e aumento da comunidade académica, refletindo o amadurecimento do fenómeno e o investimento das IES na criação de oferta formativa. É verdade, tal como alegam Airey et al. (2015), que a educa-

ção no Turismo atingiu um nível de maturidade, que lhe permite neste momento concorrer com outras áreas semelhante nas melhores instituições em termos de qualidade. No entanto, sublinham que, ainda, há um longo caminho a percorrer de forma a melhorar os níveis mais baixos de qualidade que, continuam a persistir.

Neste sentido as intervenções que têm sido levadas a efeito pretendem promover um desenvolvimento de ambientes educativos mais diversificados e dinâmicos, suscitando um setor de ensino superior responsivo, onde não se valorizem, apenas, os maiores ou menores encargos da burocracia, mas sim a qualidade da experiência académica.

No futuro desenvolvimento da garantia de qualidade no Sistema Superior Europeu Área de Educação, é absolutamente essencial promover, tanto interno quanto externo, a garantia de qualidade na mesma medida: garantia interna de qualidade é a base necessária para o funcionamento da garantia externa da qualidade.

Sem dúvida que um sistema de acreditação visa, indubitavelmente, criar mecanismos e incentivos para a melhoria da qualidade, que representa uma garantia para os empregadores de que a IES em questão atende às normas estabelecidas e exigências dos padrões adotados por entidades externas que superintendem a atividade.

3. Metodologia

A análise sistemática dos fenómenos da avaliação da qualidade e da organização dos processos permite elaborar estudos minuciosos, suscitando a construção de conhecimento científico, estruturação de diferentes perspetivas de pesquisa e compreensão dos diferentes casos. Neste sentido a metodologia utilizada nesta investigação permitiu a recolha de dados sobre os ciclos de avaliação desenvolvidos pela A3ES conducentes à definição de políticas educativas a serem seguidas nos CE das

áreas da Hotelaria e de Turismo e Lazer. Com base nas informações obtidas procura-se responder aos processos evolutivos que se tem vindo a desenvolver no âmbito da qualificação dos cursos de ensino superior da oferta formativa existente em Portugal, alicerçado no constructo do corpo de conhecimento do Turismo e as suas implicações para as instituições de ensino superior que ministram cursos nesta área.

Phillimore e Goodson (2004, p. 84) aludem “aos tipos de decisões que todos os investigadores têm que adotar em relação à visão da realidade que desejam estudar”, pelo que se torna, fundamental, considerar uma metodologia de pesquisa e seleção da informação adequada no sentido de uma ontologia da educação e formação no turismo.

Assim, convém começar por referir que a identificação das áreas temáticas em análise baseou-se na Portaria 256/2005, de 16 de março, que classifica os ciclos de estudos de acordo com a CNAEF (convenientemente adaptada para Portugal com base nas diretivas emanadas da Eurostat - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência), mormente as áreas 811 (Hotelaria e Restauração) e 812 (Turismo e Lazer).

De acordo com Friães (2016, p. 2) as áreas CNAEF 811 (Hotelaria e Restauração) e CNAEF 812 (Turismo e Lazer), poderão ser “tratadas conjuntamente, dada a sua estreita relação, como uma única área designada por Hotelaria, Turismo e Lazer, constituindo-se como um caso paradigmático de uma área que tem vindo a crescer em termos de oferta formativa, e em que a procura, apesar de ter tido alguma quebra, não foi muito acentuada, encontrando-se já numa curva de recuperação, muito possivelmente em virtude do crescimento que o setor de turismo e atividades associadas tiveram nos anos mais recentes no nosso país e a conseqüente expectativa de alargamento das oportunidades de trabalho.” No âmbito da definição destas áreas, foram analisadas, neste estudo, os CE em Turismo e Lazer, Gestão Hoteleira, em Gestão de Atividades Turísticas, mas, também, em

Restauração e Catering, Produção Alimentar em Restauração, entre outras.

Tendo por base que a informação relativa à acreditação dos CE em funcionamento nas IES em Portugal está compilada na plataforma eletrónica da A3ES, permite que todos os pareceres, decisões dos diferentes atores intervenientes no processo, relatórios finais, pronúncias, entre outras, foram consultados como, principal fonte primária e de atualização constante, de forma mais eficiente com recurso a processos de pesquisa mais otimizados que essa plataforma disponibiliza.

No que concerne à supramencionada área de Hotelaria, Turismo e Lazer, a oferta de CE circunscreve-se aos dois subsistemas de ensino superior, universitário ou politécnico, bem como serem de cariz público ou privado. Sublinhe-se que a maior oferta de cursos é disponibilizada por IES politécnicas, uma vez que a mesma representa cerca de 60% da oferta total nacional nesta área.

Concomitantemente desenvolveu-se uma revisão sistemática da literatura identificando um conjunto de estudos sobre a educação e formação no turismo, sistemas de avaliação e acreditação, de forma a recolher e analisar informação do estado da arte nestes domínios. A pesquisa foi alicerçada em livros e artigos de revistas especializadas, bem como páginas em linha de IES que disponibilizam oferta formativa nas áreas em estudo e da agência oficial para a garantia da qualidade do ensino superior em Portugal, tendo os mesmos sido escolhidos como sendo os que apresentam qualidade metodológica científica, e cujos resultados podem ser utilizados na prática, para integrar as informações de um determinado fenómeno de investigação (Vilelas, 2009).

Os procedimentos metodológicos e técnicos desenvolvidos, são de cariz indutivo “pois a investigação começa por uma observação para que, no final de um processo, se possa elaborar uma teoria” (Freixo, 2009, p. 95-96).

Neste sentido, o propósito deste estudo foi explorar os resultados e respetivas conseqüências dos

processos de avaliação e acreditação que a A3ES tem levado a efeito no espectro formativo dos CE das IES portuguesas especificamente, os da área da Hotelaria, Turismo e Lazer. Dado que estas questões de pesquisa não são estáticas, implicam que haja uma maturação continuada da informação desta temática como uma oportunidade de conhecimento, aplicação e comparação com experiências similares a nível internacional, bem como as que possam ocorrer noutros domínios do conhecimento a nível nacional.

4. Resultados

Em Portugal a organização do ensino superior está estabelecida na Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro. Neste diploma está publicada a divisão do tipo de instituições de ensino superior, bem como os respetivos graus que podem conferir. Assim, o ponto 1 do artigo 4.º, deste diploma legal, estabelece que o ensino superior público é composto pelas instituições que pertencem ao Estado e pelas fundações por ele instituídas; e o ensino superior privado, composto pelas instituições pertencentes a entidades particulares e cooperativas. De acordo com os artigos 5.º e 6.º desta Lei, as instituições podem ser de ensino universitário, que compreendem as universidades, os institutos universitários e outras instituições de ensino universitário, que podem conferir os graus de doutor, mestre e licenciado; bem como instituições de ensino politécnico, que compreendem os institutos politécnicos e outras instituições de ensino politécnico, que podem conferir os graus de mestre e de licenciado.

Atualmente, o sistema de ensino superior português é composto por 106 instituições, sendo constituído por 70 instituições privadas, das quais 47 são politécnicos e 23 são universidades; das 34 instituições públicas, 20 são politécnicas e 14 universitárias. A este número acrescem duas instituições público militar e policial.

Estas instituições têm vindo a desenvolver atividades no âmbito da educação ao nível do ensino superior e a assumir um crescente interesse pela qualidade, facto consubstanciado pela concorrência que tem crescido com o aumento gradual do número de IES. Da mesma forma, o aumento da concorrência entre as universidades é o principal motivo que levou as instituições prestadoras de serviços a procurar maior qualidade. Se houver uma correlação negativa entre a qualidade esperada e percebida para aqueles que estão a avaliar a qualidade do serviço, pode levar a uma atitude negativa em relação à IES. Por outro lado, se a diferença for positiva, pode-se inferir que a avaliação também será positiva (Yavuz, Aksoy & İskender, 2016).

Chang e Chang (2015) advogam que apenas com excelentes atividades de educação no turismo, os alunos podem ter uma experiência significativa e autêntica, o que aumenta a satisfação e os resultados da aprendizagem. Neste sentido, nos últimos anos a oferta formativa na área da Hotelaria e Restauração e do Turismo e Lazer tem vindo a sofrer diversas alterações, fruto não só das próprias dinâmicas do mercado em torno da oferta e procura por CE nestas áreas, como, fundamentalmente, com a implementação do denominado processo de Bolonha em 2006.

Desta forma foi sintomático com a introdução deste processo, com as novas tendências da procura, que vários CE têm vindo a ser descontinuados, quer por iniciativa das próprias IES que os disponibilizavam na oferta formativa, quer por consequência das decisões de não acreditação por parte da A3ES, tendo levado a que determinadas ofertas tivessem desaparecido completamente ou reorganizadas no âmbito da oferta global disponibilizada por essas mesmas IES, com propostas de novos CE para acreditação da A3ES.

Neste sentido atente-se à tabela n.º 1, na qual se pode observar a evolução do número de cursos existentes no âmbito da área em apreço neste estudo:

Tabela 1 | Evolução do número de ciclo de estudos acreditados (CNAEF – 811 e 812)

Subsistema	Ciclo de Estudos	2008/09			2013/2014			2018/2019		
		Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total
Politécnico	Licenciatura	36	12	48	39	11	50	28	12	40
	Mestrado	3	2	5	14	1	15	17	1	18
	Total	39	14	53	53	12	65	45	13	58
Universitário	Licenciatura	6	11	17	5	9	14	5	10	15
	Mestrado	7	2	9	7	3	10	10	7	17
	Doutoramento	4	0	4	5	1	6	4	1	5
	Total	17	13	30	17	13	30	19	18	37

Fonte: Friães (2016) e A3ES (2019)

Da sistematização dos dados do sistema de ensino superior constata-se que nos últimos anos verifica-se um acréscimo de reconhecimento da área Hotelaria, Turismo e Lazer, que inclui ciclos de estudo (CE) da área 811 (Hotelaria e Restauração) e 812 (Turismo e Lazer), conforme a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF). Esta área foi nomeada pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), que apresentou um estudo setorial (Friães, 2016) com o intuito de sistematizar conhecimento, depois de concluído o primeiro processo de avaliação e acreditação de todas as áreas de formação. De modo análogo, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) dinamizou uma Agenda Temática na área do Turismo, Lazer e Hospitalidade, que foi desenvolvida por um grupo de peritos de unidades de investigação, empresas e outras entidades com investigação e inovação relevante nesta área. Os Grupos de Peritos identificaram equipas

de coordenação e diferentes formas de contribuição para as respetivas Agendas, tendo sido apoiados ao longo do processo por equipas técnicas da FCT.

De facto, ao analisar a oferta nacional de 62 licenciaturas de ensino politécnico (ACEF 17/18) nesta área científica, verifica-se que, neste 2º ciclo avaliativo da A3ES, os resultados são diversos e apontam objetivamente para as exigências de cumprimento de requisitos legais, em particular os referentes ao corpo docente destes CE. Da observação da tabela 2 pode-se verificar que a oferta formativa divide-se maioritariamente pelos cursos da área 812 (46), sendo os outros 16 afetos à área 811 da CNAEF. Refira-se que, até à data deste estudo, quatro licenciaturas ainda não possuem decisão final do Conselho de Administração da A3ES, sendo que três são novos ciclos de estudos. Da informação recolhida obteve-se que cinco CE tiveram como decisão final de não acreditação.

Tabela 2 | Síntese dos resultados do segundo processo de avaliação e acreditação do Conselho de Administração das áreas CNAEF 811 e 812, em 2018/19

Decisão/Área CNAEF	Acreditado	Acreditado com condições			Não Acreditado	Sem análise (a esta data)	Novo Ciclo de Estudos		
		6 anos	1 ano	3 anos			1 ano	3 anos	6 anos
812- Turismo e Lazer	14	22	2	3	3	1	3	1	
811 - Hotelaria e Restauração	7	5		2	1		1		

Fonte: A3ES (2019)

Da análise dos dados publicados pode-se constatar que em sete licenciaturas o parecer das Comissões de Avaliação Externa (CAE) é diferente da decisão do CA da A3ES, contudo os dados da tabela 2 referem-se somente às decisões finais

tomadas pelo Conselho de Administração e não das CAE. Saliente-se que, ainda, noutros casos, a A3ES reviu a intenção de decisão de não acreditação para acreditação condicional por um ano, o que suscita preocupações acrescidas, no sentido de

se exigir o cumprimento do rácio do corpo docente qualificado e especializado nas áreas fundamentais dos CE, para além da garantia da sua estabilidade na ligação ao CE, situação que não se verificou nos quatro CE do ensino politécnico privado e um público com decisão final de não acreditação.

Neste contexto, face aos resultados publicados das licenciaturas já avaliadas durante 2018/19 verificamos decisões finais diversas. Atente-se nomeadamente à situação que acontece no contexto do Instituto Politécnico da Guarda, o qual possui uma unidade orgânica, a Escola Superior de Turismo e Hotelaria, vocacionada e especializada neste domínio científico, disponibilizando uma oferta formativa centrada em três licenciaturas com duas áreas científicas fundamentais (811 – Hotelaria e Restauração e 812 – Turismo e Lazer). Destaca-se a importância das três licenciaturas em Turismo e Lazer, Gestão Hoteleira e em Restauração e Catering, porém evidencia-se que obtiveram uma acreditação condicionada por um ano, sobretudo devido ao incumprimento do rácio do corpo docente especializado.

Já outras IES viram os seus CE não acreditados, fruto de não terem corpo docente especializado, nem tão pouco terem estabilidade no corpo docente afeto ao CE em análise, apresentando muitas delas situações dúbias relativamente à contratação e ao real tempo de colaboração desse corpo docente. À data deste estudo verificou-se esta situação em quatro instituições politécnicas privadas (Instituto Superior das Ciências e Administração; Instituto Superior Politécnico Gaya; Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia; Instituto Superior de Novas Profissões) e uma instituição politécnica pública (Instituto Politécnico de Castelo Branco).

Analisando as decisões por área CNAEF, verifica-se que na área do Turismo e Lazer apenas 14 cursos foram acreditados por 6 anos, sendo que todos os outros (exceto os que, ainda, até ao momento não tem uma decisão final do CA da A3ES) apresentam critérios/indicadores que não

conseguiram atingir. A mesma situação ocorre na área de Hotelaria e Restauração, onde somente sete cursos tiveram decisão de acreditação por seis anos, cinco por um ano e dois não acreditados. Este cenário traduz que efetivamente as IES deverão refletir e reverem o caminho a ser seguido, tendo presente a real necessidade de possuírem corpo docente especializado e estabilizado nos seus CE. Paralelamente é fulcral que o corpo docente reúna condições e habilitações indispensáveis à prossecução dos indicadores exigidos, nomeadamente a habilitação ao nível de doutoramento e/ou título de especialista nas áreas fundamentais dos cursos, o que permitirá desenvolver investigação nestes campos da ciência e desta forma desenvolver uma maior capacidade de construção e partilha de conhecimento nestas duas áreas em análise. Aliás a componente da investigação (pouca e nalguns casos inexistentes), também foi um dos elementos apontados como deficitários na maior parte dos CE analisados, pelo que urge dotar as IES de estratégias e políticas conducentes ao apoio e à dinamização de iniciativas que levem o corpo docente a desenvolver estudos e projetos, de forma a incrementarem o conhecimento nestes domínios e contribuir para o crescimento do setor, dos operadores que nele atuam e da economia em geral.

Sublinhe-se que neste segundo ciclo avaliativo dos CE observam-se algumas divergências entre as propostas de acreditação realizadas pelas CAE e pelo Conselho de Administração da A3E's, nomeadamente no âmbito da decisão final de acreditação ou não acreditação, bem como nos períodos de acreditação e/ou acreditações condicionadas. Deste registo pode-se inferir que esta Agência pretende, cada vez mais, aplicar os indicadores de avaliação para acreditação de forma mais rígida e intransigente.

5. Conclusão

As análises que decorrem no âmbito da acreditação da qualidade no ensino superior português, permitem concluir que o denominado processo de Bolonha suscitou o aparecimento de mecanismos de monitorização, consolidando numa mesma direção vários indicadores de mensuração da performance das IES ao nível da sua natureza, dos ciclos de estudos, tipos e metodologias de ensino ministrado.

A aplicação e a verificação dos resultados destes indicadores desencadearam diversos procedimentos de avaliação que permitem fazer comparações com dados anteriores, bem como comparar com outras instituições nacionais e internacionais que tenham adotado os princípios do sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior.

A perspetiva inerente a este processo evolutivo passa por suscitar a melhoria em várias dimensões da oferta formativa, nomeadamente adotando metodologias de ensino-aprendizagem que promovam o desenvolvimento de competências e a aquisição de conhecimento para obter melhor qualificação e aumento da empregabilidade dos alunos formados nesta área, contribuir para o crescimento do setor, promover a sustentabilidade e qualidade do conhecimento ministrado no âmbito dos CE ministrados na oferta formativa de cada instituição/unidade orgânica.

Desta forma no decurso da implementação do processo de Bolonha, foram descontinuados vários ciclos de estudos na área da Hotelaria e Restauração e de Turismo e Lazer, fruto da própria tomada de decisão por algumas IES ora por resultado de decisão de não acreditação por parte do CA da A3ES. Obviamente que estas decisões da A3ES merecem reflexões aprofundadas sobre os caminhos que as IES deverão seguir, em prol não só da construção da oferta formativa que querem disponibilizar, adotando uma metodologia coerente no desenvolvimento dos currícula, identificando as necessidades do mercado de emprego, deixando de

lado as “guerras tribais da academia”, como também, os recursos humanos e outros meios que afetam a consagração da qualidade que essa oferta terá que ter associada forçosamente quando é ministrada.

Uma outra conclusão que se pode tirar, tendo por base o estudo elaborado, prende-se com a estratégia que tem vindo a ser adotada pelos institutos politécnicos, fundamentalmente públicos, de apostar em ofertas formativas de 2º ciclo (mestrado). O interesse desta orientação passa pelas instituições politécnicas disponibilizarem linhas de formação alternativas, que vão ao encontro dos interesses dos alunos que as procuram e das necessidades do mercado de formações especializadas e vocacionadas para o setor.

Registe-se, no entanto, que esta realidade não é comum aos institutos politécnicos privados, onde apenas uma instituição disponibiliza este tipo de oferta formativa. As informações revelam que existe interesse neste tipo de CE, no entanto, é necessário ter um corpo docente devidamente qualificado na área, com colaborações estabilizadas de forma integral à IES, e com provas de atividade de investigação desenvolvida e publicada na área da Hotelaria e Restauração e de Turismo e Lazer, o que nem sempre parece ser possível de concretizar pela generalidades das instituições, que leva a que muitas nem tentem apresentar propostas para acreditação ou tendo apresentado as mesmas, a decisão do CA da A3ES é de não acreditação. Esta situação já é algo diferente ao nível do subsistema universitário, onde já mais instituições apostam em formações de mestrado (10 IES públicas e 7 privadas), ao nível de doutoramento a oferta é substancialmente menor, fazendo parte apenas de quatro instituições públicas e, apenas, uma privada.

Uma perspetiva evidente que se está a assistir é a aposta clara e inequívoca que as instituições politécnicas terão de fazer, em dotar os seus CE de corpo docente qualificado com grau de doutor ou título de especialista nas áreas CNAEF 812 – Turismo e Lazer e 811- Hotelaria e Restauração. Con-

jugadamente com esta opção deverá existir uma aposta na criação de condições de estabilidade e dedicação do corpo docente à instituição, de forma a poderem ser desenvolvidos projetos, bem como investigação neste domínio do conhecimento.

Referências

- A3ES.pt. (2019). *Bem-vindo à A3ES | A3ES*. [online]. Acedido em 27 de junho de 2019 em <https://www.A3ES.pt/>.
- Airey, D. (2005). Growth and development. In D. Airey, & J. Tribe (Eds.), *An international handbook of tourism education*. Elsevier.
- Airey, D., Tribe, J., Benckendorff, P. & Xiao, H. (2015). The Managerial Gaze: The Long Tail of Tourism Education and Research. *Journal of Travel Research*, 54(2):139-151.
- Amaral, A. (2012). *Recent Trends in Quality Assurance*. In A3ES (Ed.). A3ES and Cipes Conference. Outubro 11-13, pp. 2 – 16). Porto.
- Belhassen, Y. & Caton, K. (2011). On the need for critical pedagogy in tourism education. *Tourism Management*, 32 (2011): 1389-1396.
- Chang, T. Y., & Hsu, J. M. (2010). Development framework for tourism and hospitality in higher vocational education in Taiwan. *Journal of Hospitality Leisure Sport & Tourism Education*, 9(1), 101-109.
- Chang Y. & Chang W. (2015). The relationship between tourism education, learning satisfaction and learning effectiveness: An example of the department of tourism. *Journal of interdisciplinary Mathematics*, 18(6), 869-882.
- Friães, R. (2016). *Hotelaria, Turismo e Lazer*. Lisboa: A3ES Ciclos de Estudos Temáticos.
- Freixo, M. J. V. (2009). *Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas*. Lisboa. Instituto Piaget.
- Lei no 62/2007, de 10 de setembro, Diário da República, 1.ª série — N.º 174 (2007).
- Martín, E. (2006). Efficiency and Quality in the Current Higher Education Context in Europe: an application of the data envelopment analysis methodology to performance assessment of departments within the University of Zaragoza. *Quality in Higher Education*, 12(1), 57-79.
- Gee, C., & Fayos-Solá, E. (2003). *Turismo internacional* (2nd ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Phillimore, J., & Goodson, L. (2004). *Qualitative Research in Tourism: Ontologies, epistemologies and methodologies*. New York. Routledge -Taylor & Francis Group.
- Salgado, M. A. B. & Costa, C. M. (2016). Tourismology, tourism education and educational community: NOTE and RETNL. *Journal of Tourismology*, 2(1), 1-14.
- Salgado, M. A. B., Costa, C. M. M. Lemos, F. M. F. R., Correia, L. M. M. (2014), A importância das áreas científicas em cursos de licenciatura em Turismo. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 21-22(1), 241-254. <https://doi.org/10.34624/rtd.v1i21/22.11207>
- Salgado, M. A. B., Costa, C. M. M. & Santiago, R. A. (2010), Educação e Organização Curricular em Turismo no Ensino Superior Português. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 13/14(1), 347-356. <https://doi.org/10.34624/rtd.v1i13/14.13719>
- Salgado, M. A. B., Lemos, F. M. F., Costa, C. M. M. & Silva, J. A. (2017), Epistemologia e educação em turismo: Ensino superior português. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 27/28(1), 1853-1863. <https://doi.org/10.34624/rtd.v1i27/28.10299>
- Tribe, J. & Airey, D. (2016). Education. In: *Encyclopedia of Tourism*. Springer International Publishing Switzerland: Jafari, J. and Xiao, H., pp.289 -290.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. Lisboa. Edições Sílabo.
- Yavuz, E., Aksoy, M. & İskender, A. (2016). Reasons of Choosing Recreation Management Departments within the Body of Tourism Faculties and Expectations of Students. *Gaziantep University Journal of Social Sciences*, 15(2), pp.549-561.
- Zhao, W. & Ritchie, J. R. B. (2007). An investigation of academic leadership in tourism research: 1985–2004. *Tourism Management*, 28(2007) 476–490.